

DILEMAS RURAIS: SEGURANÇA ALIMENTAR E O CONTEXTO DA FOME NO BRASIL

SANDI XAVIER MANCILIA¹; GIANCARLA SALAMONI²

¹Universidade Federal de Pelotas - sandixavier2015@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas- Orientadora - gi.salamoni@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O contexto atual da agricultura familiar e camponesa no Brasil, além de elemento de análise da ocupação do território rural brasileiro se mostra central para o estudo da multifuncionalidade da agricultura e dos espaços rurais. No ano de 2022, os paradigmas que envolvem agricultura em larga escala e a produção de alimentos colocam em evidência uma política excludente dos atores sociais, culturais e políticos que configuram o fazer da agricultura familiar.

Carneiro e Maluf (2003) apresentam a abordagem teórica sobre o tema da multifuncionalidade da agricultura familiar com ênfase em quatro funções, a saber: reprodução socioeconômica das famílias a partir de sua composição e as fontes geradoras de renda; condições de permanência no campo e práticas de sociabilidade; promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais, abrangendo a produção para o autoconsumo e para a comercialização; manutenção do tecido sociocultural, se referindo as condições de vida e da reprodução das culturas locais; a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

Para Ferreira e Maia (2010) o estudo da multifuncionalidade pode seguir dois caminhos teóricos, que norteiam formulações e estratégias de políticas públicas. O primeiro caminho está ligado às estratégias de desenvolvimento local, principalmente em áreas onde a atividade agrícola perdeu sua posição central e surgem alternativas de geração de trabalho e renda para as propriedades familiares fundamentadas nas possibilidades que o espaço oferece para a instalação de novas atividades econômicas, para além da agricultura (turismo rural, gastronomia, agroindústrias, entre outras). Como exemplo desse enfoque, encontramos o conceito de “multifuncionalidade da paisagem” (GUIOMAR; FERNANDES; NEVES, 2008). No segundo caminho conceitual, a multifuncionalidade está relacionada às estratégias de desenvolvimento sustentável, originadas principalmente das questões ambientais da década de 80. Enfatizando as questões relacionadas com o desenvolvimento sustentável e seu reflexo no espaço rural, definindo o que a literatura conclamou de “multifuncionalidade da agricultura familiar” (CARNEIRO; MALUF, 2003).

Isso posto, nesse trabalho a ênfase recai sobre uma das funções da agricultura familiar, ou seja, a promoção da segurança alimentar da sociedade e famílias rurais. Pois, sabe-se que a segurança alimentar (SA) ou o direito à alimentação de qualidade e quantidade suficiente é um direito previsto no artigo 6º da Constituição Brasileira de 1988. No cenário vigente, esse direito não é realidade para de 33 milhões de pessoas, no meio urbano e rural (PENSSAN, 2022).

2. METODOLOGIA

Esse trabalho faz parte de um projeto de pesquisa de maior abrangência intitulado “MULTIFUNCIONALIDADE NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO PELA AGRICULTURA FAMILIAR: estudos empíricos nos estados de MG, RS, SP e SE”, tendo como escala de análise estudos de caso a ser realizados em diferentes contextos histórico-espaciais, nos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe, a fim de permitir uma análise comparativa sobre a multifuncionalidade do espaço e o campo da agricultura familiar.

A construção desse trabalho foi realizada a partir de pesquisa bibliográfica sobre os temas da multifuncionalidade da agricultura, segurança alimentar e fome, a fim de estabelecer o marco teórico de análise. Além disso, foram consultadas pesquisas publicadas por órgãos públicos e grupos de pesquisa que permitiram sustentar a reflexão sobre os dilemas vigentes envolvendo a insegurança alimentar (IA) a partir de dados quantitativos. Por fim, destaca-se que se trata de uma pesquisa de caráter qualitativo (BAUER; GASKELL, 2002) e em fase inicial de desenvolvimento, portanto, são apresentados e discutidos apenas resultados preliminares.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De forma prioritária as políticas públicas direcionadas para o rural e para a agricultura no Brasil são destinadas aos grandes produtores/grandes propriedades, excluindo os agricultores familiares/pequenas propriedades, gerando uma assimetria no acesso aos recursos públicos e como consequência, no limite, o abandono do campo, denominado de êxodo rural (CARNEIRO; MALUF, 2003). Cabe salientar que diante de políticas excludentes, é necessário refletir sobre a importância das políticas públicas, que tem como público-alvo os agricultores familiares, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e ainda, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que, no conjunto, possibilitam a criação de novas estratégias de reprodução social e econômica, contemplando as especificidades da realidade de milhares de famílias rurais.

O enfoque da multifuncionalidade permite colocar, no mesmo quadro analítico, diversos elementos e fatos sociais que compõem o universo social do mundo rural, favorecendo, assim, a compreensão da inserção de diferentes tipos de famílias rurais nesse universo (CARNEIRO; MALUF, 2003, p 21).

Na atual realidade brasileira já somam 33 milhões de pessoas com necessidade de alimento. Somente do último trimestre de 2020 ao primeiro trimestre de 2022 a insegurança alimentar (IC) aumentou de 9% para 15%, somando 14 milhões de brasileiros no grupo de famintos (PENSSAN, 2022). Somente no Rio Grande do Sul a insegurança alimentar voltou a crescer após duas décadas em queda e no ano de 2020 teve registro de 975,2 mil domicílios afetados por algum tipo de insegurança alimentar, num total de 35,7% de domicílios no estado (OBSERVASINOS, 2020).

No meio rural, 18,6% da população, em 2022, está sob situação de fome ou a algum nível de IA, o que soma 1 milhão de sujeitos, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste (PENSSAN, 2022). O cenário traz o dilema da tendência hegemônica da agricultura convencional brasileira voltada ao mercado internacional e a desvalorização da agricultura camponesa e familiar e do abastecimento interno.

No contexto das iniciativas adotadas no país, a partir dos anos 2000, para o enfrentamento e combate à fome têm seu destaque em 2003 com o Programa

Fome Zero, proposta do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e políticas públicas voltadas para a agricultura familiar como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a potencialização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

No Brasil, após 11 anos de políticas públicas, o país saiu do mapa da fome mundial, contudo, com as instabilidades e disputas políticas no processo eleitoral de 2014 e com a reeleição de Dilma Rousseff até o processo de impeachment em 2016, período em que se retorna os patamares de desigualdade social e insegurança alimentar (IC) e fome.

4. CONCLUSÕES

A fome se apresenta como produto do modelo de exclusão capitalista, especialmente na produção e acesso aos alimentos, em quantidades e qualidade adequados para a saúde humana. A agricultura, voltada unicamente para a obtenção de lucro e geração de *commodities*, gera concentração riqueza por um lado e, fome por outro lado.

Diante disso, já são duas décadas de implementação de políticas públicas de enfrentamento e combate à fome. Além disso, a criação da Agência Nacional de Assistência e Extensão Rural (ANATER), em 2005, impulsionou a inclusão da agricultura familiar nos programas e políticas públicas (ANATER, 2005). Fator que pode desmobilizar as rendas oriundas unicamente da produção, visto que as políticas e assistência técnica e sentença rural contribui para a capacitação dos agricultores, uma vez que o acompanhamento técnico também incentiva a comercialização direta e canais curtos como as feiras.

Estudos realizados pela rede PENSSAN, e análise das atividades desenvolvidas pelos movimentos sociais como Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST) e redes de pesquisa sobre o rural brasileiro, principalmente em tempos de crise sanitária do Covid-19 no Brasil, mostram que a saída do mapa fome levou 12 anos e o retorno ao quadro anterior levou apenas 02 anos. Ainda, se for considerado o grupo social, a última parcela da população a sair da situação extrema da vulnerabilidade foram as primeiras a voltar a margem do processo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUER, M.; GASKELL, G. (eds.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CARNEIRO, M. J.; MALUF R. S. (Orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

GUIOMAR, J. P.; FERNANDES, N., NEVES. Modelo de análise espacial para avaliação do carácter multifuncional do espaço. **Actas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER)**, Faro, Universidade do Algarve, 1-3 nov. 2007 - SPER / UAlg, 2008, CD-ROM. p. 1-13.

FERREIRA, D. A. O.; MAIA, Adriano C. Contribuições da ciência geográfica para as discussões sobre a relação multifuncionalidade do rural e turismo. **Anais do CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL**, n. 7º, 2010, Presidente Prudente- FCT-UNESP, 2010. CD ROM. p. 1-16.

OBSERVASINOS. Insegurança alimentar e nutricional aumentou 47% no Rio Grande do Sul nos últimos anos. Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/167-observasinos/603004-inseguranca-alimentar-aumentou-47-nos-ultimos-anos-no-rio-grande-do-sul>.

SEDES. Segurança alimentar e nutricional. secretaria de desenvolvimento social, Brasília, julho. 2022. Especiais. Acessado em 10 agost. 2022. Online. Disponível em: <https://www.sedes.df.gov.br/seguranca-alimentar-e-nutricional/>

PENSSAN. 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia do Covid-19 do Brasil. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, abril. 2022. Acessado em 5 de agosto de 2022. Online. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/olheparaafome/>

ANATER. Projeto piloto. Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, 2005. Acessado em 17 de agosto de 2022. Online. Disponível em: <https://www.anater.org/index.php/projeto-piloto/>